

## **“OS RECALCITRANTES SE ASSANHAM E SE PREDISPÕEM PARA A SUBVERSÃO”: A RESISTÊNCIA DOS GUARDAS NACIONAIS DO PIAUÍ DESIGNADOS PARA GUERRA DO PARAGUAI - 1865.**

JOHNY SANTANA DE ARAÚJO\*

**RESUMO:** O presente artigo pretende analisar como se deu o alistamento (designação) dos guardas nacionais do Piauí para a guerra do Paraguai em fins de 1865. O artigo busca ainda mostrar como os referidos guardas nacionais haviam se tornado vítimas da perseguição política partidária na Província e como elaboraram estratégias de resistência para fugirem a perseguição e convocação do Exército com auxílio e proteção de senhores e fazendeiros locais.

**PALAVRAS CHAVE:** Piauí imperial, Guarda Nacional no Piauí, Guerra do Paraguai.

**ABSTRACT:** This article analyzes how the enlistment (heading) of the national guards of Piauí to the Paraguay war in late 1865. The article still searches to show as the national guards had become victims of partisan politics persecution in the province and how they drew up strategies of resistance to escape persecution and the convening of the army with the help and protection of lords and local farmers.

**KEY WORDS:** Piauí in Brazilian imperial period, national guard in Piauí, the Paraguay War.

---

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense UFF, é Professor da Graduação de História e do Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí UFPI, é líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista (NEPHPO) da UFPI e pesquisador do Núcleo de História Comparada e Estudos Interdisciplinares (NHCE) da UFRJ atuando nas linhas de pesquisa: Guerra e Sociedade e Recrutamento Militar e Formação do Estado no Brasil.

## A milícia cidadã: a disposição e os seus deveres

A Guarda Nacional comumente conhecida por milícia cidadã e exército invisível<sup>1</sup>, foi uma instituição criada por lei imperial em 18/08/1831 sob os auspícios do gabinete liberal, cujo ministério da Justiça era então presidido pelo Padre Diogo Antônio Feijó.

A sua missão central era “defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império”, além de “manter a obediência às leis, conservar e estabelecer a ordem e a tranquilidade pública e auxiliar o exército de linha na defesa de fronteiras e costas”. (BASTOS, 1994, p. 250). Era nacional no nome, mas subordinada à autoridade municipal.

A instituição teve um papel de grande importância no conflito contra o Paraguai entre os anos de 1865 e 1871, constituindo-se em uma das maiores fornecedoras de homens para o compor as tropas do exército em campanha.

Durante o século XIX a Guarda Nacional tivera duas fases bem distintas. A primeira, de 1831 a 1850, período em que era eletiva, sendo uma corporação paramilitar que se compunha de soldados não profissionais.

A segunda fase da Guarda Nacional deu-se a partir da Lei Imperial n° 602, de 19/09/1850. De eletiva, tornou-se centralizada e hierarquizada, e subordinada ao Ministério da Justiça. O alistamento passou a ser através de nomeações feitas pelo governo imperial e pelos presidentes de província ou ainda por meio de eleições presididas pelos Juizes de paz.

O serviço era permanente, obrigatório, pessoal e gratuito, para homens livres de 21 a 60 anos. Com o decreto de 25/10/1832, o limite foi baixado para 18 anos sendo organizados em pequenas unidades de infantaria, cavalaria e artilharia. (BASTOS, 1994, p. 251). Havia um critério básico para o serviço na Guarda Nacional que se situava na renda, fixada pelo mesmo decreto de 1832, (BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832, parte I, 1866). No Piauí, era em torno de 100\$000 para soldados e 200\$000 para os oficiais.

---

1 Sobre a organização política da Guarda Nacional ver: CASTRO, 1974.

Nas freguesias os Juizes de Paz, presidiam um conselho de qualificação, que se constituía nos meses de janeiro para efetuar o alistamento. Eram organizadas duas listas: uma de pessoas para o serviço ordinário e outra para a reserva, constituída de funcionários públicos, advogados, médicos, cirurgiões, boticários, acadêmicos e estudantes de seminários e escolas públicas, empregados de arsenais e oficinas do estado.

Essas listas continham nome, endereço, filiação, idade, renda e profissão, incluía os de idade regulamentar e os novos moradores da paróquia. Excluía os que tivessem completado 60 anos, mudado ou falecido. Era isentas autoridades administrativas e judiciárias, militares das duas armas, clérigos de ordens sacras, carcereiros, oficiais de justiça e policiais.

Equivocadamente, o serviço na Guarda Nacional era visto como um impedimento ao serviço na 1ª linha (o Exército), tanto que por ocasião da Guerra do Paraguai houve ocorrências de guardas nacionais alistados diretamente no Exército. (ARAÚJO, 2008, p 144).

Em tempos de paz, muitos homens livres e pobres, membros da Guarda Nacional, arditosamente engenharam atitudes visando lidar com os incômodos e constrangimentos impostos pelo alistamento e, ao mesmo tempo, procuraram manter suas práticas de sobrevivência garantindo a manutenção diária básica de sua vida. (MOURA, 1999) Porém, com a realidade da guerra, muitos problemas ligados ao abastecimento e segurança no Piauí, tal como nas demais províncias do império, começaram a se fazer presentes.

## **A designação da Guarda Nacional no Piauí para o serviço da guerra**

No início de 1865, a Guerra contra o Paraguai desencadeou um sentimento de euforia e expectativa na população, sentimentos acelerados pela intensa propaganda realizada pelos jornais, na Corte e Província, <sup>2</sup>por outro lado o governo também fez uso de

---

2 Sobre a propaganda para a guerra do Paraguai no Piauí ver: ARAÚJO, 2011.

um valioso recurso para auxiliar Exército em Campanha, destacou a Guarda Nacional. O decreto 3.383 emitido em 21 de janeiro de 1865, determinou-se que fossem destacados 14.796 guardas nacionais das 16 províncias e da corte. (BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Decreto 3.383 de 21/01/1865). Coube a Província do Piauí, destacar 1.160 guardas, 7,83% do efetivo total convocado no Império.

Em 27 de março daquele ano o presidente da Província do Piauí, Franklin Américo de Meneses Dória, informou ao Ministro dos Negócios da Justiça o Senador Francisco José Furtado que havia recebido o Aviso do Ministério, juntamente com a cópia do decreto 3.383, que mandava destacar os 14.797 Guardas Nacionais em todo Império, bem como o número exato de guardas que a Província do Piauí deveria fornecer. Informou ainda sobre as providências que já havia tomado referente à convocação da Guarda Nacional no Piauí.

Em sua correspondência ao ministro, Dória mandou ainda anexar a portaria que havia expedido com uma circular, com instruções para os comandos superiores do interior e da capital de como deveriam proceder para designar os guardas nacionais. Por fim, informou que sobre a organização da força destacada, oportunamente comunicaria sobre suas providencias. (OFÍCIOS do Presidente da Província/Ministério dos Negócios da Justiça, 27/03/1865).

A distribuição dos 1.160 guardas nacionais deveria ser feita pelos comandos superiores, [...] em proporção ao número de praças destacadas no serviço ativo de cada um deles [...]. A relação anexa em que consta o número de Guardas Nacionais que cada comando superior deveria fornecer era o seguinte:

Oeiras.....	179	Príncipe Imperial.....	89
Jaicós.....	156	Valença.....	87
Paranaguá.....	121	São Gonçalo.....	75
Teresina.....	100	Jerumenha.....	65
Picos.....	94	Parnaíba.....	57
Campo Maior.....	92	Barras.....	47

Tab. 1. Fonte: PIAUÍ, Relação do numero de Guardas Nacionais que tem de fornecer os Comandos superiores da Província do Piauí.

A arregimentação da guarda nacional do Piauí para a Guerra do Paraguai, vinha desde os primeiros dias do mês de abril de 1865 provocando dissensões entre as facções políticas da Província representadas por Conservadores e Liberais, desde a Capital até as mais diversas vilas do interior.<sup>3</sup> O presidente da Província iria enfrentar uma série de problemas para fazer funcionar a determinação do Governo imperial de designar a Guarda Nacional no Piauí.

Dória deparava-se com a seguinte situação, existiam guardas protegidos por redes de apadrinhamento político partidário no caso os liberais que estavam no poder, nesse contexto geralmente eram designados àqueles que sofriam perseguição política direta, em grande parte os que compunham o grupo partidário oposto à situação, para, além disso, havia os que eram pegos fora de suas redes de proteção e seus “protetores” nada podiam fazer, restava então fugir a designação desertando. Segundo Victor Izecksohn, (2001, p. 08.)

Um problema comum a quase todas as províncias era o alto grau de politização na designação dos guardas nacionais. A expansão do Exército não ocorria em paralelo com o crescimento de uma

<sup>3</sup> Os conservadores defendiam um regime forte, com uma centralização e pouca liberdade às províncias. Os liberais buscavam o fortalecimento do parlamento e a descentralização do Império. Tanto conservadores como liberais pertenciam a mesma classe social, a dos proprietários de terras, de bens e de escravos. Dentre os liberais havia comerciantes, jornalistas, e populações urbanas em geral. Havia uma luta pelo poder que se circunscrevia para além do parlamento e era fraticida nas províncias. Ver: MATTOS, 1987; CARVALHO, 1980.

burocracia especializada. Uma alternativa às demandas crescentes era O recrutamento de adversários políticos. Os presidentes de província indicavam partidários políticos que se esmeravam em recrutar os adversários.

A exigência de homens era cada vez maior, e nesse período não havia sido estabelecido ainda o serviço militar obrigatório, o que era agravado ainda pelo fato do Ministério da Guerra ser um organismo incapacitado para fazer a convocação, e pela falta de uma lei de serviço militar que fosse adequada à realidade que o país passava.<sup>4</sup>

Essa missão cabia então à própria Guarda Nacional, que era vinculada por sua vez ao Ministério dos Negócios da Justiça, e esta agia por mediação dos Presidentes de Província, que tinham de cumprir as ordens de convocação como a preconizada pelo decreto 3.383. Em sua tarefa estava o desafio de designar guardas nacionais e, quase sempre, o fardo do serviço militar recairia sobre aqueles componentes dos grupos políticos rivais.

Possivelmente preocupado com a situação de desorganização da instituição e das tensões políticas que a envolvia, o conselheiro José Antônio Saraiva que já havia feito uma proposta de lei para reforma do serviço militar para o Exército, igualmente apresentou em 1869 um projeto de reforma da Guarda Nacional. Anteriormente houve outros projetos de reforma da Guarda Nacional, um deles apresentado pelo o deputado Manuel Antonio Duarte de Azevedo<sup>5</sup>, a Assembleia Legislativa para apreciação em 1865.

A instituição precisava de mudança urgente o que foi amplamente exposto pelo Ministro da Justiça em seu relatório de 1867, afirmando que: “A experiência da guerra [...] confirmou a necessidade de reforma da Guarda Nacional. Essa milícia, que foi

---

4 Kraay faz menção em seu estudo sobre recrutamento no período Imperial sobre a ausência de uma lei clara sobre o serviço militar. Ver: KRAAY, 1999.

5 O Projeto do referido deputado não consta o mês em que foi apresentado, no entanto foi encaminhada a Câmara em 1865 e tramitou até 1869 coincidentemente foi o ano em que Saraiva também apresentou um projeto de Reforma da Guarda Nacional, Ver: (PROJETO de Reforma da Guarda Nacional apresentado pelo Deputado Manuel Antonio Duarte de Azevedo a Câmara dos Deputados em 1865).

criada para defender a ordem e as liberdades públicas, encontra-se muito longe da sua finalidade.”. (BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório*, 1868, p 04)

Um exemplo das dificuldades encontradas com a convocação da Guarda Nacional no Piauí foi indicado pelo Coronel da Guarda Nacional José Francisco de Miranda Osório, oficial responsável pelo comando Superior da Guarda Nacional de Parnaíba, ao norte da Província onde era organizado o embarque das tropas piauienses para a Campanha do Paraguai.

O coronel Miranda Osório, ao escrever ao presidente da Província, informou sobre a má vontade dos guardas nacionais que não atendiam ao chamamento para servir no litoral ou na fronteira, segundo ele “[...] os convocados fazem sentir o receio de serem enviados para a campanha. Na sede municipal, dispunha apenas de [um guarda chamado] Pedro José Nunes que vinha comandando a guarnição.”. (OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província, de 05/06/1865 e 30/06/1865).

Ao longo de muitas outras vilas começava a ocorrer motins, alguns dos quais seguidos de violência, apesar de não haver um padrão definido para a sua eclosão,<sup>6</sup> alguns episódios expressaram a aversão geral ao recrutamento ou à designação, que se processava através da depredação, da baderna, da perturbação da ordem pública individual ou coletiva, tal como relatou o Comandante Superior da Guarda Nacional da vila de Barras, próximo a capital, pois segundo o mesmo, “Crescem os coutos e com eles os furtos e assassinatos. E com justeza vocabular, e em termos de legislação [...]”. (OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província, de 07/04/1865).

A agressividade da população sujeita ao alistamento militar dificilmente poderia ser catalisada, e em dias como aqueles a violência era acelerada, sobretudo pela efetivação da designação indiscriminada de guardas nacionais apadrinhados dos inimigos da situação. Aqueles que conseguiam fugir e se enveredavam

---

<sup>6</sup> Sobre a consciência de massa dos movimentos de luta social ver os estudos de: HOBSBAWM, 1978, e THOMPSON, 1998.

pelas estradas e campinas do interior, e para sobreviver quase sempre tinham que roubar se tornando verdadeiros salteadores. Em outro ofício do mesmo Comando Superior, o oficial afirma que o “Furto vai se desenvolvendo progressivamente, e logo após ele virá roubo.” (OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província. de 20/04/1865). A resistência violenta por vezes era identificada como uma manifestação de banditismo,<sup>7</sup> outras vezes evoluía de fato para essa situação.

### **“Os designados vivem acoutados nos matos”: a fuga e proteção de guardas nacionais.**

Em junho de 1865 o Presidente Franklin Doria começava a enfrentar muita dificuldade para formar um batalhão de guardas nacionais, no rol de problemas encontrava-se a resistência a designação, a fuga de guardas já designados, a proteção aos guardas fugitivos e o resgate aos que eram capturados havendo embates armados para libertar os guardas, tal situação perduraria por todo aquele ano,

Em princípio de agosto daquele ano, de Barras, o Comandante Superior da Guarda Nacional daquela vila escreveu que,

[...] os designados vivem acoutados nos matos, e que no povoado Lembrança o fazendeiro José Maria Fernandes Bacelar, à frente de homens armados, arrebatou recrutas à escolta, e em Buritizinho, outro povoado, Brigido Damasceno e outros se opõem a uma diligência que buscava prender um guarda nacional e declaram à patrulha perseguidora que morreriam seus componentes se não desistissem da empresa. (OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província, de 06/08/1865).

As proteções eram consideradas pelas autoridades do

---

7 Para Hobsbawm o banditismo social seria uma das formas mais primitivas de protesto organizado, situando-se em meios rurais, ocorre quase sempre quando o oprimido não atingiu consciência política plena, nem conseguiu desenvolver meios mais eficientes de agitação social. Ver: HOBBSAWM, 2010.

governo provincial como “escandalosas”, e ocorriam não somente no interior do Piauí, mas na própria cidade de Teresina, a fuga e proteção eram agravadas pela dificuldade de ter que procurar os guardas nacionais que haviam desertado, pois a maioria dos homens do corpo de polícia também havia embarcado para a guerra.

Ainda por volta do mês de julho de 1865, o Conselheiro Jose Antonio Saraiva, que respondia naquele período pela pasta dos Negócios da Guerra, enviou uma correspondência ao Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo, que ocupava a pasta da Justiça, e preocupado com os rumos da guerra, escreveu sobre a necessidade de homens da Guarda Nacional para compor o exército de campanha,

Não tendo cessado ainda a necessidade de augmentar a força de nosso Exército de operações, e sendo por outro lado da maior urgência completar o Exército do Rio Grande do Sul, para habilita-lo á expellir os Paraguayos, e entrar também em operações de guerra contra o inimigo fora do território do Império, tenho por muito conveniente reiterar á V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. o pedido feito por este Ministério para que venhão para a Corte, com maior celeridade, os contingentes da Guarda Nacional. [...] (OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Ministério dos Negócios da Justiça, de 21/07/1865).

Saraiva procurava alertar Nabuco de Araújo para que os contingentes solicitados às províncias se apresentassem o quanto antes. A intenção de deter o exército paraguaio era o que mais urgia, porém a decisão de invadir o Paraguai era praticamente questão fechada, contudo dependeria de um esforço muito maior para o fornecimento de homens.

A vitória brasileira na campanha do Uruguai e o fracasso da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul acarretaram uma mobilização relativa entre 1864 e 65, mas os desdobramentos futuros, dependeriam de muitos soldados e o recrutamento de homens validos traria as províncias consequências a ordem pública de difícil previsão.

Saraiva expôs então a sua preocupação maior quanto ao resultado dos futuros embates do Brasil no Prata. Como se

pretendia invadir o Paraguai era necessário uma quantidade substancial de homens que somente seria conseguido caso houvesse o desencadeamento de um conjunto, de providencias, a primeira delas era a manutenção de uma ampla campanha de mobilização nacional, construída em torno dos voluntários da pátria, que já estava em voga, ao mesmo tempo essa ideia estaria agregada à mobilização da Guarda Nacional, destacada para operações de guerra, e, por fim, a mais cruel e real prática, a reativação do recrutamento indiscriminado. Para esse propósito, Saraiva expôs que,

Com quanto tenha toda a esperança de que surtão bom effeito as providencias adoptadas por V. Ex<sup>a</sup> n'aquelle sentido, tenho ainda por indispensável pedir á V. Ex<sup>a</sup> que mande pela Policia e pelos próprios Commandantes da Guarda Nacional, activar o recrutamento afim de que não nos vejamos embaraçados se porventura não chegarem a tempo os referidos contingentes. [...] (OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Ministério dos Negócios da Justiça, de 21/07/1865).

Uma situação de certo modo paradoxal, pois apenas há alguns meses o visconde de Camamu praticamente dava-se por satisfeito com o número de voluntários que haviam se apresentado. Naqueles tempos a quantidade de homens seria sempre relativa, ou por conta do efetivo elevado de voluntários que havia se apresentado em fins de 1864 e início de 1865, ou pela dispensa dos que haviam passado por exames médicos, e ainda pela perda de homens no deslocamento até o sul.

Nesse ínterim, devem-se levar em consideração também duas coisas: os que desertaram por avaliarem que não haviam feito a escolha ideal, fingindo-se de doentes após se arreponderem ou os que simplesmente adoeceram de fato. Seja como for, houve uma situação de rápida transição. De uma hora para outra a quantidade de dez mil homens apontada por Camamu em seu relatório de poucos meses antes não mais existia, (BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865). E em meados de 1865 não apenas os voluntários, mas os recrutáveis e principalmente a guarda nacional eram necessários.

No Piauí, após o embarque do segundo Corpo de Voluntários

em agosto de 1865, a formação do terceiro Corpo seria uma das tarefas mais difíceis para a presidência de Dória. Havia até então um pouco de entusiasmo por parte da população, tanto na capital como no interior. Ainda surgiam voluntários, não como nos primeiros meses de 1865. Porém, desde que foi oficialmente convocada, a Guarda Nacional na Província do Piauí já estava em processo de desarticulação institucional, com o agravamento da situação no sul do Império. O Governo Provincial teve que empregar a força para completar os efetivos que o Governo Imperial exigia, atuando de forma enérgica para incorporar os guardas nacionais destacados.

No início de 1865 o presidente Franklin Dória havia escrito uma série de cartas para algumas pessoas consideradas “influentes”, da boa sociedade, pedindo que “secundassem” os esforços dos comandantes da Guarda Nacional no Interior.

Apesar da atuação de Dória e do imenso prestígio, não mais conseguiu obter sucesso, nem na campanha patriótica, pois ainda se trabalhou no sentido de convencer guardas nacionais a se alistarem como voluntários, enviando inclusive aos comandos superiores cópias do decreto 3.371 e dos benefícios que ele oferecia. Nem mesmo com a emissão do decreto nº 3.505, de quatro de agosto de 1865, que equiparava os Corpos Voluntários da Guarda Nacional aos Corpos de Voluntários da Pátria despertou a vontade dos guardas.

Dória pretendia com a divulgação do decreto 3.305 proporcionar “[...] a Guarda nacional todos os meios de mostrar o seu patriotismo, e prestar na defeza do Paíz invadido pelo estrangeiro, [...]” em seu artigo único previa que. “Os Corpos da Guarda Nacional que, com a organização atual, com seus oficiais e praças, voluntariamente se apresentarem para o serviço de Guerra serão equiparados aos Corpos de Voluntários e gozarão de todas as vantagens que a estes se concederem.”. (BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Livro código (copia) dos avisos, circulares, decretos e ofícios expedidos pelo Ministério da Justiça, sobre a Guarda Nacional).

Provavelmente a ideia de constituir Corpos Voluntários de Guardas Nacionais decorresse de uma tentativa de dar a

instituição um caráter mais particular; que elevasse seus membros a um status de grande responsabilidade na participação do Conflito, sem, contudo deixar de gozar dos benefícios oferecidos pelo decreto 3.371. A valorização dessa tropa por um chamariz beneficente qualquer, como decreto, seria um recurso melhor do que simplesmente convocar homens que já tinham grande resistência, só pelo fato de ter que se apresentarem a cada seis meses para uma revista.

De Piracuruca, ao norte da Província o Comandante Superior da Guarda Nacional daquela vila, respondeu ao presidente da província sobre sua solicitação, informando que mediante a influência que exercia entre os seus agregados e vizinhos, faria “[...] por conseguir o maior número que for possível de voluntários da pátria [...]”. E que envidaria todas as suas fracas forças a fim de ver se podia obter alguns voluntários. (CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 24/03/1865.).

Por outro lado, se o presidente da província apoiava ou não a prática de designar guardas nacionais, (soldados e oficiais), que eram protegidos dos conservadores, adversários do seu partido, o liberal, como forma de perseguição é algo que não fica muito claro, Dória era um homem de comportamento muito idôneo, talvez fizesse vista grossa, mas o certo é que levou com firmeza a missão de designar a Guarda Nacional, tal como previa a lei, e formar um novo Corpo que de voluntário só teve o nome.

Dória teve que endurecer o seu discurso, agindo de forma mais severa e menos retórica. Suas instruções publicadas no jornal *A Imprensa*, (*A Imprensa*, p. n/p, s/n, 09/09/1865), eram bem rigorosas, já falavam, por exemplo, em captura de Guardas Nacionais e que no deslocamento dos mesmos até a capital da Província fossem devidamente escoltados, e caso os comandantes dos batalhões destacados para a revista de guardas não cumprissem devidamente as ordens para seleção das tropas, estariam sujeitos a cumprir penalidades cabíveis às leis da Guarda Nacional.

**“Há receios que esses gênios selvageticos reproduzam cismas de horror e ferocidade.”: o medo e a insegurança no interior da Província do Piauí.**

Ao longo daquele segundo semestre de 1865, chegaram muitos ofícios do Interior do Piauí com notícias nada agradáveis ao Presidente da Província, O Comandante da Guarda Nacional, sediada na vila de Jerumenha, sudoeste do Piauí, informou no mês de agosto ao Presidente Dória que,

[...] a despeito dos esforços empregados, apresentaram-se apenas 10 [guardas], recorrendo todos os mais à fuga, apoderados do pânico terror de que se acham possuídos os seus ânimos pelos boatos de guerra que a respeito do procedimento dos paraguaios propalam com feias cores, terror este que se tem desenvolvido não só nesta Província como nas comarcas da Província Vizinha. (OFÍCIOS de comandantes dos comandos superiores da Guarda Nacional/Presidente da Província, de n/d/1865).

No início de setembro, o tenente coronel Francisco Miranda Osório, de Parnaíba enviou ofício ao Presidente Dória, falando sobre a resistência armada que havia surgido na cidade, segundo o mesmo, uma escolta de recrutamento havia se defrontado com um grupo armado que resistiu à prisão dum recruta. Informou ainda que efetuando outras prisões, um inspetor de quartelão, conseguiu arrebatá-lo um dos apreendidos. (OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província, de 12/09/1865).

Alguns comandantes buscaram acalmar o Presidente, tal como o Coronel Luiz Carlos de Saboya Junior, da vila de Independência<sup>8</sup> em outubro de 1865, reafirmando “[...] que, d’ora em diante, vou empregar todos os esforços para remmeter a V.Ex<sup>a</sup> todo e qualquer voluntário que possa seduzir para marchar para o sul do nofso Império.”. (CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 04/10/1865).

No mesmo mês, Candido Muniz, um membro da “boa

---

<sup>8</sup> Independência era uma vila do Piauí localizada junto à fronteira com o Ceara que em 1880 passou a jurisdição desta ultima.

sociedade” da cidade Valença,<sup>9</sup> uma das pessoas de confiança a quem Dória havia escrito, respondeu que, estava “[...] fazendo o possível para ajudar e que muitos de seus vaqueiros estão sendo designados restando poucos para ajudar nos afazeres da fazenda e afirma ainda, que muitos solteiros estão sendo protegidos pelo comandante superior e seus amigos em suas fazendas e sítios.”. (CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/ Presidente da Província, 28/09/1865).

Em 14 de setembro, por meio de uma portaria, Dória seguindo uma orientação do Ministério dos Negócios da Justiça, resolveu dividir a província em distritos militares, cinco ao todo. Para cada distrito nomeou um chefe de sua inteira confiança e com total liberdade para atuação no território que estivesse sob sua jurisdição. (PORTARIA do Presidente da Província/ Comandantes superiores da Guarda Nacional da Província, de 14/09/1865).

Dória havia perdido completamente a confiança nos comandantes locais da Guarda Nacional por causa das vinculações naturais dos mesmos aos seus interesses particulares, de parentesco, de amizade e de apadrinhamento político e de influências nas suas vilas e cidades, exercendo uma autoridade quase inabalável.<sup>10</sup>

Os cinco distritos militares ficaram assim organizados:

---

9 Cidade localizada no centro sul do Piauí.

10 Max Weber explica sobre o que chama de “razões internas” Para Weber todos os agrupamentos políticos que historicamente precedem o Estado sempre mantiveram uma relação de dominação do homem sobre o homem, ver: (WEBER, 2004, p. 61).

<b>Distrito</b>	<b>Municípios</b>
1º	Parnaíba, Pedro II, Piracuruca, Barras, Campo Maior, União
2º	Valença, Marvão, Príncipe Imperial, Independência
3º	Oeiras, Picos, Jaicós, São Raimundo Nonato
4º	São Gonçalo, Jerumenha
5º	Bom Jesus do Gurguéia e Paranaguá

Tab. 2. Fonte: PORTARIA do Presidente da Província/Comandantes superiores da Guarda Nacional da Província, de 14/09/1865.

As zonas de alistamento e designação de guardas nacionais compreendiam todo o entorno das sedes municipais, atingindo o interior de forma a cobrir os mais diversos distritos. Com essa medida, o Presidente Dória, estabelecia um padrão ao recrutamento forçado, dando-lhe status de organização puramente militar. Com a fuga crescente muitos guardas acabavam se escondendo para além do mato, sob a proteção dos chefes políticos, que facilitavam abertamente a fuga e davam abrigo em suas propriedades.

Em Oeiras, a 16 de outubro, o segundo sargento da Guarda Nacional, Justino Ferreira Barbosa, foi procurado para ser avisado de sua designação pelo guarda nacional Joaquim Carlos. Não sendo encontrado, teve decretado a sua prisão por deserção pelo comandante da Guarda Nacional de Oeiras. (OFÍCIOS de comandantes da Guarda Nacional/Presidente da Província, 16/10/1865).

O sargento foi posteriormente capturado, e sem compreender as causas de sua prisão, escreveu a Dória reclamando que se considerava injustiçado, segundo ele, “[...] sua prisão foi um ato vexatório por ser tratado como desertor [...]”, Justino tratou de explicar que havia sido preso injustamente inclusive mostrava os motivos, “[...] primeiro que os editais de publicação dos designados eram feitos apenas pregando na porta da igreja matriz e não pela cidade toda, e segundo que ele vive mais na roça, no

interior e poucas vezes vai a cidade [...]”, portanto devido a isso ele havia sido “[...] preso como desertor e ainda foi rebaixado de posto, querendo seu posto de volta e seguir para a guerra.” (CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 16/10/1865).

Situações como essa, foram muito comuns durante o conflito, tiveram o seu ponto inicial exatamente no segundo semestre de 1865, em decorrência da ação mais firme dos presidentes de província que, diante da cobrança excessiva do governo imperial, ordenaram o recrutamento indiscriminado de miseráveis e a designação de guardas nacionais.

Em fins de 1865, as patrulhas encarregadas de capturar desertores estavam em ação, sob o comando dos chefes militares escolhidos por Dória. A violência rapidamente se espalhou pelo interior do Piauí, os fugitivos quando capturados eram algemados e, sob escolta, trazidos a Teresina, mas também tornou-se comum as escoltas serem atacadas, no caminho, por bandos armados a serviço dos chefes opositores aos liberais. Tais chefes muitas vezes acabavam fatalmente sendo denunciados, presos e severamente punidos com processo.

Na época, outro problema grave estava ocorrendo no interior da Província e que era motivo de preocupação desde a saída de tropas, em 1865, pois ao estourar a guerra do Paraguai, atendendo à convocação do decreto dos corpos de voluntários, muitos guardas nacionais, haviam embarcado com o primeiro e o segundo Corpo, houve um esvaziamento significativo de guardas nacionais no interior, e dividia com o Corpo de Polícia as funções de policiamento, uma vez que esta até então não havia sido interiorizada.

Em outubro, a câmara municipal de União informou ao Presidente Franklin Dória que uma “[...] terrível crise ameaça a tranquilidade pública, a propriedade individual, porque os povos temem que a guarda nacional seja mandada para a campanha, enquanto os recalcitrantes se assanham e se predispõem para a subversão [...]”. Além de que os mesmos, “[...] Entranham-se no mato, formam clubes, provocam desordens, perpetraram roubos. Há receios de que esses gênios selvagéticos reproduzam cismas

de horror e ferocidade.”. (OFÍCIOS de autoridades das diversas Vilas/Presidente de Província de 09/10/1865).

O Comandante superior na Vila de São Gonçalo do Amarante no centro norte da província, informou a Dória sobre os últimos acontecimentos a respeito da captura de guardas nacionais designados que haviam fugido, alguns foram descobertos em fazendas de Militares da Guarda Nacional segundo o mesmo, “[...] Alguns fugirão com a ajuda de um escravo que avistou as escoltas, pois estavam sendo protegidos nas fazendas de alguns capitães, muitos deles atravessaram o rio Parnaíba procurando Refúgio no Maranhão, sendo feitas diligências para capturá-los.”. (CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 07/11/1865).

No Piauí já haviam ocorrido alguns fatos que criavam um clima de medo junto à população, pois corriam boatos sobre “[...] um grupo de acoutados que, em busca de alimento, assaltam pretos escravos que por sua vez propalam que provocarão desordens logo após a saída da Guarda Nacional [...]” por conta disso na vila de União tomou-se “[...] precauções, proibindo a venda de pólvora.”. (OFÍCIOS de autoridades das diversas Vilas – Vila de União/Presidente de Província de 09/10/1865). Apesar de tudo isso, o presidente da Província parecia não acreditar que deveria arrebentar uma rebelião generalizada.

Possivelmente para a população, a lembrança da Balaiada,<sup>11</sup> estivesse em evidencia, o que gerava um temor muito grande, a guerra do Paraguai, nesse sentido, preocupava também aos fazendeiros do interior, pois acreditavam na possibilidade de ocorrerem levantes de toda a ordem em razão da saída dos homens da Guarda Nacional que faziam a segurança da Província.

Quanto a convocação havia ainda uma brecha na própria lei da Guarda Nacional, que limitava a designação daqueles que fossem casados e que tivessem inclusive filhos, segundo Doratioto, “Mais tarde, Junqueira o ministro da Guerra, afirmou que muitos jovens, para não serem enviados ao Paraguai, casaram-se com

---

11 A balaiada foi uma revolta popular ocorrida nas províncias do Maranhão do Piauí e Ceara, durante os anos de do período regencial. 1838 a 1841. Sobre a balaiada no Piauí ver: DIAS, 2002.

mulheres que tinham o dobro de sua idade.”. (DORATIOTO, 2002, p. 265).

No desespero para fugir às designações, muitos guardas nacionais no Piauí também alegavam que eram casados o que, por lei, os isentava de seguirem para a guerra. O Comandante superior da Guarda Nacional em Picos no centro sul da província enviou ofício a presidência informando sobre o que estava ocorrendo, afirmando que estava encontrando problemas, “Devido às dificuldades em formar voluntários para a guerra até [para] forçar quem não queria. Havia ainda [o problema de] algumas proteções a alguns cidadãos [...]”. Além dos [...] que casavam após serem designados [...].(OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província de ?/10/1865). Tal situação gerava um problema a mais para a designação, além da fuga.

### **“Novas forças para a guerra”: os homens do sertão em sua marcha ao conflito.**

Apesar de todas as dificuldades, em outubro de 1865, já havia na capital da Província um contingente de mais de 200 guardas nacionais destacados, muitos procedentes dos municípios de Valença, Jerumenha, Marvão, Piracuruca, Pedro Segundo, Campo Maior e União.<sup>12</sup> Encontravam-se aquartelados no quartel militar da cidade, para seguir viagem na primeira oportunidade. Já haviam partido para Parnaíba duas companhias de Guardas Nacionais, que aguardava naquela cidade o restante do batalhão.

O Ministério dos Negócios da Guerra naquele mesmo mês de outubro emitiu ao Presidente da Província um ofício informando sobre as providências a serem tomadas relativas à organização do Batalhão, segundo o qual deveriam ser despachados para a Corte,

---

12 As duas primeiras situam-se no centro sul do Piauí, as demais no norte do Piauí.

[...] os recrutas [guardas nacionais] que se apurarem e voluntários para os Corpos de 1ª Linha, depois de organizar-se [...] um corpo provisório de infantaria, o qual será fardado, armado e instruído, ficando no serviço da Guarnição da Capital, até ulterior deliberação do Governo Imperial. (OFÍCIO do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província do Piauí, de 21/10/1865).

O grosso das tropas, representado pelo primeiro Batalhão de Guardas Nacionais do Piauí, seria então o terceiro Corpo de Voluntários da Província do Piauí, e nos campos de Batalha do Paraguai, tornou-se o 55º Corpo de Voluntários da Pátria, o batalhão inteiro estava sob o comando do tenente-coronel da Guarda Nacional Pacífico da Silva Castelo Branco.

O oficial escolhido por Dória para comandar a unidade, era proveniente de uma tradicional família. Ele mesmo sendo um rico fazendeiro no Município de União comandava na época o 30º Batalhão da Guarda Nacional daquela vila localizada no vale do Parnaíba, segundo consta, estava muito satisfeito por haver sido escolhido para comandar o corpo.

Foi também determinado qual tipo de oficiais seriam nomeados para formar o quadro de comando do Corpo, segundo o Ministério determinava, “Para o referido Corpo provisório serão nomeados os officiaez de 1ª linha que este ministério designar completando-se os que faltarem com officiaez da Guarda Nacional nomeados por essa Presidência, e com os da comissão que ainda ahi estiverem.”. (OFÍCIO do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província do Piauí, de 21/10/1865).

Por tradição a designação dos oficiais para o serviço nos corpos destacados era feita [...] pelos presidentes de Província, que poderiam escolher dentre os componentes da Guarda Nacional – ainda que não pertencesse ao mesmo corpo para o qual fosse destacado – ou os oficiais do exército; com o início da organização dos primeiros corpos destacados, passaram a ser preferidos como oficiais os da Primeira Linha. (CASTRO, 1974, p. 295).

No início de novembro a situação no interior estava longe de encontrar-se em paz, as brigas políticas haviam chegado a um estado de tensão intolerável. Em São Gonçalo do Amarante,

foi denunciada a ação de três fazendeiros de nome Marcolino, Gabriel e João Barbosa Ribeiro, segundo o coronel Teotônio de Sousa Mendes, chefe do partido liberal, havia “[...] o escândalo de certos homens que se inculcam serem homens de bem, sem que o sejam [...]”. (OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província, de 07/11/1865). Para o coronel eles acolhiam e defendiam em suas fazendas recrutas foragidos, e ainda segundo consta o primeiro dos denunciados havia sido por várias vezes deputado na Assembleia Legislativa.

Depois de muito custo para a sua formação, o terceiro Corpo embarcou em Teresina a 17 de novembro de 1865, como de costume nos vapores da Companhia de Navegação Piauiense, *Conselheiro Paranaguá* e *Urussuí*, e na barca *Poty*, que deviam deixá-los no porto da cidade de Parnaíba. O contingente embarcado era de 18 oficiais e 243 soldados.

Antes de embarcar a tropa ouviu uma missa na Igreja Matriz de nossa Senhora do Amparo, depois solenemente, o batalhão recebeu a bandeira, estavam lá o Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória e as pessoas tidas como importantes da cidade de Teresina, além de numerosos populares. Dória provavelmente sabia que não havia razão para longas preleções, a partida do Corpo foi mais lacônica que os demais batalhões.

No porto da cidade de Parnaíba, o batalhão embarcou no vapor *Tocantins*, que seguiu direto para Natal, capital da Província do Rio Grande do Norte, a fim de receber o segundo Batalhão de Voluntários daquela província que com os demais seguiriam para a Corte.

Após o embarque do Batalhão, a província do Piauí continuou designando guardas nacionais e recrutando para o Exército. Não se organizou mais nenhum corpo ou batalhão inteiro, mas foram sendo enviados continuamente em quantidades variadas, soldados, de acordo com as solicitações do Ministério dos Negócios da Guerra e da Justiça. Tais contingentes preenchiam as perdas de feridos ou mortos nos campos de batalha.

As cobranças para que fossem enviados mais efetivos continuou por todo o ano de 1866 e 1867, o governo provincial

desdobrava-se para manter a arregimentação de homens tal como demonstra a resposta do Presidente Franklin Dória ao Conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz, que exercia naquela ocasião a pasta dos Negócios da Guerra.

Tenho a honra de acusar o recebimento do aviso Circular expedido por V.Excia, em 18 de janeiro ultimo, pelo qual V.Excia., não obstante a recommendação feita na circular expedida em data de 10 do corrente, chama a minha attenção para a necessidade que temos de reforçar o nosso Exército em operação fora do Império, remetendo para essa Corte, com brevidade possível, toda a força que poder ser aqui organizada, ou por organizar conforme expede naquela circular.

Em resposta asseguro a V.Ex. que continuo a empregar os meus esforços afim de satisfazer as recommendações de V. Ex<sup>a</sup>. (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província/Gabinete do Ministério dos Negócios da Guerra, de 06/03/1866.).

Na administração de Adelino de Luna Freire, em 1866, que já havia sucedido José Manuel de Freitas, as solicitações do Ministério dos Negócios da Guerra continuavam a chegar e o presidente Adelino Freire, com toda paciência respondia, “[...] tenho tomado serias providencias para mandar novas forças para a guerra [...]”. (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província/Gabinete do Ministério dos Negócios da Guerra, de 12/10/1866).

Naqueles dias a corrupção também era lucrativa, quando exercida por autoridades militares sem muito escrúpulo. Segundo Chaves (1971), quando a designação ainda estava confiada a Comandantes Superiores da Guarda Nacional, alguns haviam se corrompido muito. Em Parnaíba, o Tenente Coronel Eleutério Antonio Soares Braga, oficial de Estado Maior, que assumia interinamente o comando superior no lugar do Coronel Francisco de Miranda Osório, aproveitou sua condição de chefe temporário e passou a negociar com os Guardas Nacionais capturados por suas patrulhas, recebendo dos mesmos, dinheiro para soltá-los.

Entre os primeiros meses de 1865 até fins de 1869, de todas as partes da Província chegavam guardas nacionais designados que se misturavam aos voluntários da pátria e recrutados para o

Exército. Vinham pelas estradas a cavalo, ou a pé, percorrendo grandes distâncias, acompanhados em sua maioria de outros guardas nacionais, designados não para a guerra, mas para entregar soldados por eles conduzidos até a Capital.

As autoridades públicas, homens de negócio, chefes militares, clérigos, os membros da “boa sociedade” e parte da população ficavam encarregados de preparar a chegada e repouso desses homens, o tempo suficiente para a partida do primeiro vapor. Improvisavam-se alojamentos em prédios públicos, cadeias, armazéns, igrejas, casas eram alugadas para acomodação de toda essa gente, apesar da ameaça da varíola que rondava Teresina e já assombrava outras cidades,<sup>13</sup> estavam todos lá, abrigados à espera de seguir seus destinos.

Situada à margem direita do rio Igaráçu, no norte da província estava a cidade de Parnaíba. Nas margens do rio, encontravam-se os galpões portuários, onde fervilhava uma intensa atividade, de lá embarcavam para a guerra.

A viagem para a corte não era tão fácil, principalmente por causa da distância e do tempo a ser percorrido. Abarrotados de soldados os vapores ofereciam uma difícil viagem até o Rio de Janeiro, e quando chegavam à Corte, ficavam aquartelados por alguns dias, em seguida rumavam para a cidade do Desterro capital da Província de Santa Catarina. O segundo Corpo de Voluntários, por exemplo, viajou de Teresina nos vapores *Urussui* e *Conselheiro Paranaguá* chegando quatro dias depois em Parnaíba, ficaram alguns dias aguardando transporte com destino a São Luis. O segundo Corpo somente conseguiu embarcar em fins de agosto a bordo do vapor *Tocantins*.

De São Luis, sempre no vapor *Tocantins* rumaram para Recife, depois Salvador e finalmente o Rio de Janeiro, a tropa inteira chegou à Corte no início de setembro daquele ano, precisamente no dia dez de setembro de 1865. Permaneceram por razoável tempo, por fim embarcaram no vapor *Jaguaribe* chegando à cidade do Desterro somente em primeiro de outubro, partiram para o sul no dia quatro do mesmo mês. (BOITEUX, 1972, p. 177).

Ainda no vapor *Jaguaribe*, passaram por Montevidéu e

---

13 Sobre a varíola na província ver: (CHAVES, 2005, p. 44 a 46); (NUNES, 1975)

subiram o rio Uruguai, não aportaram na cidade de Concórdia, pois ficaram encalhados na vazante daquele rio, e somente chegaram ao seu destino, a cidade de Paissandu no dia 20 de outubro de 1865.

## Considerações finais

O Piauí enviou aproximadamente 3.500 homens para a guerra, em uma província cuja produção econômica tinha importância relativa, por causa do gado e do algodão. Por outro lado havia alguns setores produtivos de subsistência, sobretudo no coração do Piauí, que foram abalados, tanto pela ação enérgica do Estado com a designação dos guardas nacionais, quanto por conta do receio despertado na população mais pobre de ser recrutada para a guerra.

Tal situação, caracterizada pela violência no interior da província, fez com que muitos homens desaparecessem sem deixar pistas, se escondessem nos matos ou simplesmente se acoitassem sob a proteção de mandatários, chefes políticos e senhores locais, e nesse sentido o sertão do Piauí era então um lugar de esquecimento,<sup>14</sup> onde ninguém tinha passado.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí ! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865 – 1866*. Teresina: Edufpi, 2011.

ARAÚJO, Johny Santana de. *Um grande dever no chama: a arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão. 1865 – 1866*. Imperatriz: Ética, 2008.

BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*.

---

<sup>14</sup> Ver: LEONARDI, 1996.

Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BOITEUX, Lucas A. *Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e Paraguai*. Florianópolis: Imprensa Universitária (UFSC), 1972.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, 1974.

CHAVES, Joaquim. *Obra completa*. 2º ed. Teresina: FCMC, 2005.

CHAVES, Joaquim. O Piauí na guerra do Paraguai. *Cadernos Históricos* n° 4. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 1971.

DIAS, Claudete Maria M. *Balaíos e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja* (2a. ed.). Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002.

HOBSBAWM, Eric. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudo de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860, *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, Maringá, PR: V. 03, N° 03, 1999.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre arvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: Ed UnB, 1996.

MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOURA, Denise. A farda do tendeiro: Cotidiano e recrutamento no Império. *Revista de História Regional*. São Paulo: Editora da Revista de História Regional. vol 4. n° 01 verão de 1999. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v4n1/Denise>> Acesso em 03/07/2013.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2º ed. Teresina: Artenova, 1975.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas vocações*, São Paulo: Martin Claret. 2004.

### **Fontes:**

A Imprensa, p. n/p , s/n, 09/09/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

BRASIL, Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832, parte I, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. Relatório, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Justiça. Relatório, 1867, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1868.

BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Decreto 3.383 de 21/01/1865, Mandando destacar 14.796 Guardas Nacionais Para atuar na Guerra do Paraguai (1865). Anexa, relação do numero de Guardas Nacionais a serem destacados de cada Província e da Corte. Lata 372 Pasta 23, Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Livro códice (cópia) dos avisos, circulares, decretos e ofícios expedidos pelo Ministério da Justiça, sobre a Guarda Nacional, as províncias do Império. Decreto 3.505 de Equiparação dos Corpos de Voluntários da Guarda Nacional aos Corpos de Voluntários da Pátria. Lata 314 Pasta 01, Coleção Marquês de Paranaguá. IHGB. Rio de Janeiro.

CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Guerra do Paraguai, Vol. I. Carta de Domingos de Brito Passos a Franklin Américo de Meneses Dória. Oeiras, 24/03/1865. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Carta de Luiz Carlos de Saboya Junior a Franklin Américo de Meneses Dória. Oeiras, 04/10/1865. Guerra do Paraguai, Vol. II. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Carta de Candido Muniz a Franklin Américo de Meneses Dória. Valença, 28/09/1865. n° 291. Guerra do Paraguai, Vol. I Seção de

Códices, APEPI, Teresina.

CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Carta de Justino Ferreira Barbosa a Franklin Américo de Meneses Dória. Oeiras, 16/10/1865. Guerra do Paraguai, Vol. III. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Ofício de Teotônio de Sousa Mendes a Franklin Américo de Meneses Dória. São Gonçalo do Amarante, 07/11/1865. Guerra do Paraguai, Vol. II. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província/Gabinete do Ministério dos Negócios da Guerra. Ofício n° 188 de 06/03/1866. SG/IG 132, AN, Rio de Janeiro.

CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província/Gabinete do Ministério dos Negócios da Guerra. Ofício n° 28 de 12/10/1866. SG/IG 132, AN, Rio de Janeiro.

OFÍCIOS de autoridades das diversas Vilas – Vila de União/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 639 ofício de 09/10/1865.

OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 226 ofícios de 05/06/1865 e 30/06/1865.

OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 628 ofício de 07/04/1865.

OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 628 ofício de 20/04/1865.

OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 628 ofício de 06/08/1865.

OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 633 ofício de 07/11/1865.

OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 626 ofício de 12/09/1865.

OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas- Vila de Picos/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 639 ofício de ?/10/1865.

OFÍCIOS de comandantes dos comandos superiores da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Ofício do Comandante do Comando Superior da Guarda Nacional de Jerumenha a Franklin Américo de Meneses Dória de n/d ano 1865. Guerra do Paraguai, Vol. II. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

OFÍCIOS de comandantes da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Ofício de Roque José da Costa a Franklin Américo de Meneses Dória. Oeiras, 16/10/1865, n° 56. Guerra do Paraguai, Vol. III. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Ministério dos Negócios da Justiça. Ofício n° 34 da 1ª Diretoria Geral, 1ª Secção do Ministério dos Negócios da Guerra, de José Antonio Saraiva a José Thomaz Nabuco de Araújo de 21/07/1865. Lata 372, pasta 19. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

OFÍCIO do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província do Piauí. Ofício n° 621 de 21/10/1865, 2ª Diretoria Geral, 1ª Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.

OFÍCIOS do Presidente da Província/Ministério dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo do Piauí. Ofício de n° 183, de Franklin Américo de Menezes Doria a Francisco José Furtado em 27/03/1865. APEPI, Teresina.

PORTARIA do Presidente da Província/Comandantes superiores da Guarda Nacional da Província, de 14/09/1865 (Cópia) Palácio do Governo do Piauí. APEPI, Teresina.

PROJETO de Reforma da Guarda Nacional apresentado pelo Deputado Manuel Antonio Duarte de Azevedo a Câmara dos Deputados em 1865. Lata 368 Pasta 07. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.